



ISSN 1984-5634

REDES DE SOLIDARIEDADE E AFETO NAS NARRATIVAS DE EX-MILITANTES NA DITADURA CIVIL-MILITAR EM CURITIBA

Networks of solidarity and affection in the narratives of ex-militants in the Civil-Military Dictatorship in Curitiba

STELLA TITOTTO CASTANHARO¹

ROSELI BOSCHILIA²

RESUMO

Ancorado na metodologia da História do Tempo Presente e tendo como referência espacial Curitiba, este artigo procura refletir sobre as redes de solidariedade e afeto forjadas por militantes políticos, ao longo da Ditadura Civil-Militar, com base em testemunhos de ex-militantes que à época foram investigados e detidos pelo regime. Para tanto, recorremos aos testemunhos de Judite Trindade e seu ex-marido José Antônio Trindade; e de Zélia Passos e seu ex-marido Edésio Passos, produzidos no âmbito do projeto “Depoimentos para História: Resistência à Ditadura Militar no Paraná”, e disponibilizados na página do Youtube do DHPaz (Sociedade de Direitos Humanos para Paz). A escolha destes se deu pelo fato deles conterem informações das diferentes formas de relacionamento desenvolvidas ao longo do período, com especial atenção aos aspectos pessoais, militantes e profissionais. Articulando os testemunhos com a historiografia, buscou-se reconhecer também a importância dos mesmos para o estudo da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura civil-militar em Curitiba; redes de solidariedade e afeto; testemunhos.

ABSTRACT

Anchored in the methodology of Contemporary History and taking the city of Curitiba as a spatial reference, this article seeks to analyze the networks of solidarity and affection forged by political activists, throughout the Brazilian civil-military dictatorship, based on testimonies of former activists who were investigated and detained by the governmental regime. In this regard, we turn to the testimonies of Judite Trindade and her ex-husband José Trindade; and Zélia Passos and her ex-husband Edésio Passos, which were collected as part of the project “Testimonies for History: Resistance to the Military Dictatorship in Paraná” and made available on the Human Rights Society for Peace YouTube page. These testimonies were chosen due to their information on the different forms of relationship developed throughout the period, with special attention to the personal, militant, and professional aspects. By integrating the testimonies with the historiography, it was also intended to recognize the importance of testimonies for the study of the civil-military dictatorship in Brazil.

KEYWORDS: civil-military dictatorship in Curitiba; networks of solidarity and affection; testimonies.

EDITORA-CHEFE:

Elisa Schneider Venzon

EDITOR-GERENTE:

Leandro Ferreira Souza

SUBMETIDO: 29/06/2022

ACEITO: 02/09/2022

COMO CITAR:

CASTANHARO, S.;
BOSCHILIA, R. Redes de
solidariedade e afeto nas
narrativas de ex-militantes
na Ditadura Civil-Militar em
Curitiba. *Aedos*, Porto Alegre,
v. 16, n. 37, p. 116-135, jun.-
set. 2024.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Mestre em Patrimônio Cultural e Museologia pela Universidade de Coimbra-Portugal. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Roseli Boschilia. Orcid: 0000-0002-2846-2341. E-mail: stella.cast@gmail.com

² Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora associada do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Programa de Pós-graduação em História da mesma. Orcid: 0000-0003-1743-9338. E-mail: roseli.boschilia@gmail.com

O presente artigo foi elaborado a partir da metodologia da História do Tempo Presente (HTP) e da análise de testemunhos produzidos no âmbito do Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, desenvolvido entre os anos de 2013 e 2014 em todo território nacional. A partir de seleção de projetos a níveis locais, no Paraná, a Sociedade de Direitos Humanos para a Paz (DHPaz) foi contemplada com a aprovação de um projeto intitulado *Depoimentos para História: Resistência à Ditadura Militar no Paraná*. Coordenado pelo historiador Fábio Bacila Sahd, pela jornalista Silvia Calciolari e pelo ex-presos político Antônio Narciso Pires de Oliveira, o projeto tinha como contrapartida a publicação de um livro acerca da temática da ditadura, com recorte espacial no estado paranaense, em que se dava destaque à ação dos resistentes e presos políticos do período. O projeto do DHPaz também disponibilizou junto à sua página do Youtube, os 172 vídeos realizados, ainda que tenham sido entrevistados 159 pessoas, entre ex-militantes, juristas, figuras políticas e familiares.

Para a escrita deste artigo foram selecionados quatro testemunhos concedidos por duas mulheres e dois homens que à época possuíam relacionamentos conjugais³. Para além de buscar compreender as trajetórias desses quatro militantes políticos, esse artigo também tem como objetivo compreender as redes de sociabilidade e afeto que foram desenvolvidas ao longo da ditadura, considerando inclusive o período de detenção de três destes militantes ao longo do tempo. Neste sentido, buscou-se verificar se é possível compreender as práticas de resistências para além do campo da política e das concepções da esquerda, considerando como os sujeitos envolvidos na luta política se relacionavam com o espaço, consigo e com os outros.

Para tanto, a análise deste trabalho partiu dos conceitos de memória, subjetividade, sociabilidade, afetos, lugares de memória e solidariedade, buscando compreender os lugares e os não lugares das narrativas e dos silêncios apresentados por meio dos testemunhos de ex-militantes que foram presos ou interrogados durante o período ditatorial. Ainda que neste artigo não se recorra à prática da História Oral (HO), compartilhamos dos pressupostos teóricos desta metodologia para refletir sobre as formas de análise e o posicionamento ético profissional que deve ser adotado diante das narrativas dos entrevistados, haja vista a riqueza desta tipologia de fontes para subsidiar a análise de períodos traumáticos, como a Ditadura Civil-Militar Brasileira.

A partir da perspectiva da HTP foi possível problematizar essas narrativas, com o objetivo de perceber como elas se constituem e quais as motivações que levaram os quatro protagonistas a compartilharem suas memórias, reconhecendo em seus testemunhos as diferentes formas de se

³ Os autores dos testemunhos, que tiveram suas vidas perpassadas pela vigilância militar ainda enquanto cursavam a universidade, são: Judite Barboza Trindade (vídeo 30: 1h25min) e José Antônio Trindade (vídeo 111: 1h15min). Edésio Franco Passos (vídeo 111: 1h27min) e Zélia de Oliveira Passos (vídeo 24: 2h31min), foram presos pela ditadura após sua formação universitária e com expressiva atuação militante. Eles tiveram dois filhos e se separaram quando ambos eram crianças. Judite e José Antônio, também tiveram filhos e se divorciaram algum tempo depois.

relacionar com o passado, assim como o modo pelo qual suas vidas foram atravessadas pelo regime militar, e em especial, pela detenção de três dos quatro militantes selecionados para este trabalho. Ainda que cumprindo o rigor metodológico de questionar a posição das fontes, quaisquer que sejam elas, a metodologia da História Oral também ressalta o papel a ser desempenhado pelo historiador em lidar não só com o trabalho de memória, mas também com o dever de memória. Esse elemento também traz uma dimensão do Tempo Presente que diz respeito à necessidade de reconhecer a demanda social, especialmente no que tange aos contextos históricos, marcados por passados traumáticos.

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE – POSSIBILIDADES DE ANÁLISE

Se para a maior parte das nações, a Segunda Guerra Mundial foi um marco memorável nos estudos que levam em conta as problemáticas em torno da Memória, no caso brasileiro, os conflitos vivenciados pela sociedade durante o período da Ditadura Civil-Militar, bem como seus desdobramentos vêm sendo debatidos com afincos nos últimos anos. Para o historiador Carlos Fico (2012), a ditadura brasileira revelou uma série de questões sobre a HTP no Brasil. Isso porque ao lado dos testemunhos de sobreviventes, há uma quantidade significativa de documentos referentes àquele contexto histórico, cujo acesso aos pesquisadores ainda é restrito.

Em que pese as potencialidades da HTP para a análise de períodos de exceção, é importante lembrar o compromisso ético dos historiadores ao adotar esta perspectiva de análise, uma vez que grande parte dos interlocutores seguem vivos e nem sempre desejam rememorar fatos traumáticos relacionados ao passado. Desse modo, se coloca em pauta questões como: maneiras de lidar com a dimensão do ressentimento, dos sentimentos, da justiça, da penalização, assim como a necessidade de estabelecer diálogo com outras áreas do conhecimento que têm sido fundamentais para o desenvolvimento de uma HTP que evidencie a negociação com traumas do passado.

Diante dos inúmeros obstáculos encontrados pelos pesquisadores que se interessam pela HTP para acessar acervos documentais que contêm fontes históricas sobre o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, a metodologia da História Oral tem se mostrado um instrumento frutífero para os estudos voltados àquele contexto. Contudo, cabe lembrar que essa metodologia não é o recurso final do historiador, muito pelo contrário. É um dos mecanismos mais importantes, em decorrência das subjetividades e pluralidades trazidas por meio da construção narrativa de diferentes atores sociais. As fontes orais têm o mérito de permitir a aproximação do pesquisador com os diferentes contextos político-repressivos nos quais estes sujeitos estiveram enredados, questões estas que raramente estão presentes em outras tipologias de documentos e que possibilitam, portanto, os estudos voltados ao campo da memória.

Neste sentido, os testemunhos que serão analisados neste artigo evidenciam a potencialidade da metodologia da HO no que tange à problematização de aspectos associados à esfera das emoções, temática esta que raramente é contemplada em documentos produzidos na esfera oficial. Cabe ressaltar que a documentação disponível em órgãos oficiais foi produzida pelos agentes da ditadura e, portanto, visando atender aos interesses do próprio regime. Os inquéritos policiais, por exemplo, e mesmo os materiais ou objetos que pertenciam aos militantes e foram apreendidos pela polícia foram arquivados a partir de uma lógica própria, que não levava em conta o contexto no qual eles foram produzidos, servindo apenas para justificar a detenção ou a necessidade de interrogar pessoas que eram consideradas inimigas do regime.

Para tanto, a utilização das fontes orais têm sido cada vez mais frequentes nas análises que problematizam contextos sócio-políticos marcados pela violação dos direitos humanos e pela repressão ocorridas durante conflitos armados ou em regimes ditatoriais. Todavia, para compreender estes contextos históricos a partir da visão daqueles que foram vítimas de regimes autoritários, é necessário que o historiador esteja atento não só às especificidades do testemunho como fonte de pesquisa, mas sobretudo ao papel que o narrador ocupa no processo de coprodução desse documento.

Reyes Mate (2005), filósofo espanhol, buscou refletir sobre o papel desempenhado por essa figura na narrativa de passados traumáticos. Para ele, o testemunho não pode ser encarado como a verdade completa, mas sim como pertencente a ela. Isso é, a testemunha só adquire esse papel quando ela experiencia um fato e consegue ser capaz de expressar minimamente o que viveu e o que se passou. O autor ressalta que, ainda que a verdade se confirme no testemunho, também se faz necessária a comprovação dos fatos para além da narração, articulando com diferentes documentações ou diferentes narrações das experiências vividas.

Sendo assim, para o filósofo, é preciso levar em consideração que o testemunho é um ponto de vista de uma verdade, ou seja, é uma verdade para alguém, pois possibilita a reconstrução de uma realidade para quem relata. O que permite pensar em múltiplas verdades e considerar o testemunho como uma pretensão de verdade, que é produzido diante de tantas outras possibilidades.

Ainda que Mate faça essas ressalvas, ele compreende que há uma autoridade do testemunho, uma vez que a testemunha sempre se apresenta em oposição à impotência de quem não conhece ou reconhece os fatos. O ato de narrar o acontecimento e a experiência do vivido se aproxima do que Walter Benjamin (1994) buscou discutir, compreendendo que a narração existe a partir da experiência e do espaço de escuta do outro com quem está testemunhando ou narrando.

A articulação entre verdade, memória e narrativa também foi tema das reflexões de Paul Ricoeur (2008) ao abordar a temática do testemunho. O autor o considerou um processo epistemológico que se originou na memória declarada, mas que também se relacionava aos

testemunhos e documentos, se encerrando enquanto prova documental. Ricoeur entendia que o depoimento ou testemunho passou a ser não só explicação ou representação de algo vivido, mas também uma noção de verdade sobre o passado.

Neste sentido, Márcio Seligmann-Silva (2010) complementa que o testemunho não é somente narrativa, mas algo complexo que relaciona linguagem, marca temporal, oralidade, visualidade e capacidade de julgamento. Para quem dá o testemunho, este funciona como uma forma de ganhar um novo significado para o eu do passado e o eu do presente, uma vez que reinterpreta a sua própria vivência ligada aos acontecimentos traumáticos. Testemunhar é falar sobretudo de si e da sua compreensão e interpretação do que aconteceu consigo. Narrar sobre si pode inclusive contribuir para uma nova identidade após a violência vivida. Embora o testemunho se caracterize principalmente por narrar o eu no presente, em situações de violência, ele funciona como sobrevivência para o indivíduo. Ao narrar, o sujeito conta aos outros de sua experiência, mas também insere os outros como participantes da sua narrativa (SELIGMANN-SILVA, 2008).

Mate (2004) e Benjamin (1994) também compreendem que o processo de transmissão de uma experiência ou da história vivida não se reduz ao conteúdo do que está sendo dito, mas é complementada pelo gestual, pela linguagem corporal do narrador. Isso possibilitaria o reconhecimento da autoridade de quem narra, uma vez que o sujeito tem conhecimento sobre o que diz. Mate inclusive destaca que a testemunha acaba, muitas vezes, presa entre o falar e o calar, mas que a necessidade de se erguer contra o esquecimento é o que a faz contar, uma vez que ninguém mais sabe o que ela sabe. É a testemunha quem dá significado para lugares, objetos e práticas relacionais que muitas vezes eram desconhecidos da sociedade em geral. É a partir do olhar e da voz de quem testemunha que os acontecimentos se revelam, já que o espaço por si só é incapaz de se mostrar sozinho.

Também se pode tratar o testemunho como possibilidade de rememoração dos acontecimentos. Isso porque como destaca Jeanne Marie Gagnebin (2004)

Tal rememoração implica uma certa ascese da atividade historiadora, que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalçado, para dizer com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras (GAGNEBIN, 2004, p. 91).

Neste sentido, é importante ressaltar que assim como a evocação da memória se dá do presente para o passado, o ato de testemunhar ocorre do mesmo modo. É a partir do presente que se narra sobre o vivido, tendo como ponto de partida o sujeito do hoje e suas compreensões do agora. A rememoração também é uma forma de lidar com o passado no presente, haja vista que ela se torna uma forma de agir sobre o passado e tomar posição em relação a ele. É uma forma de revisitar o vivido com outros olhos e com novos objetivos.

Ao retornar à ideia apresentada por Seligmann-Silva (2005) de que a era das catástrofes também é a era dos testemunhos, pode-se destacar que a história e a historiografia precisaram lidar com novas demandas e novas metodologias que considerassem o luto, o ressentimento, o trauma e tantos outros sentimentos relacionados ao recalque como partícipes do produzir historiográfico. Essa tem sido uma preocupação de pesquisadores que refletem sobre o processo de reconstrução de memórias de grupos sociais que protagonizaram experiências associadas à repressão e ao autoritarismo como é o caso deste trabalho.

O autor apresenta, em sua produção, o conceito de *testimonio* ancorado na experiência histórica e literária da América Latina, majoritariamente após os anos setenta, pois não se trata somente de inseri-lo na lógica de sobrevivente a uma situação traumática, mas introduzir o testemunho e a testemunha em lutas mais plurais, de direitos civis, direitos de minorias, marginalizados, estigmatizados e perseguidos por governos variados.

Os estudos do *testimonio* latino-americanos, portanto, ocorreram em decorrência dos regimes ditatoriais vividos por essas sociedades entre os anos 60, 70 e 80. Isso contribuiu para a conceitualização de um novo gênero literário, a literatura de *testimonio*, que buscou atender às demandas dos sobreviventes (neste sentido, o termo sobreviventes se refere tanto para as vítimas diretas, quanto para familiares, amigos, companheiros). O autor afirma que

Na literatura de *testimonio*, a ênfase recai na testemunha como *testis*, terceiro elemento na cena jurídica, capaz de comprovar, certificar, a verdade dos fatos. Já aqui, na teoria do *testimonio*, em vez do acento na subjetividade e indizibilidade da vivência, destaca-se o ser “coletivo” da testemunha. Evidentemente, o ponto de vista é essencial aqui, e o *testimonio* é parte da política tanto da memória como da história (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89).

Ainda que os testemunhos aqui analisados não façam parte da literatura, pois derivam de outra tipologia de fonte, estes apresentam as características indicadas por Seligmann-Silva nos elementos que o constituem. Um dos exemplos a serem citados é a necessidade de testemunhar o sofrimento e o trauma, mas sobretudo as experiências do período. Seligmann-Silva afirma desse modo que “o *testimonio* incorpora o ‘pacto autobiográfico’ que afirma a coincidência entre o autor da narração e o seu protagonista. O testemunho é exemplar, não-fictício e é profundamente marcado pela oralidade.” (2005, p. 90).

Outro ponto interessante ao qual gostaríamos de chamar a atenção é o modo de lidar com a dimensão real e histórica dos testemunhos, sempre considerando-os como parte constitutiva não só da linguagem, mas também da memória. É importante entender que essa dimensão do testemunho não significa considerar a realidade da narrativa como algo único e imóvel, mas sim considerar a possibilidade de lidar com o recalque do passado. Tanto o é que o testemunho de forma plural, com seus ditos, não ditos, silêncios e evocação da memória, se torna um caminho para lidar com situações que podem ser negadas ao longo do discurso oficial e da história nacional ou coletiva.

Especificamente no caso da ditadura brasileira, diante dos sistemáticos apagamentos dos lugares, da documentação e das narrativas do período, e sobretudo com a promulgação da Lei de Anistia de 1979, que impossibilitou uma política de memória para elucidar os crimes e atentados contra cidadãos brasileiros, o que poderia vir a ser testemunhado, segue desaparecendo do campo visual e simbólico (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 17). Seligmann-Silva indica que

A falta de uma topografia da memória do mal em nossas cidades e em nossas mentes é patente. Ainda temos poucos memoriais em homenagem aos perseguidos e aos desaparecidos, assim como, por conta desta forte propaganda anti-memória da ditadura, não nos identificamos com a cultura da memória de nossos vizinhos. No Brasil, a política do aniquilamento da memória acaba por aniquilar os fatos (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 17).

O autor faz referência ao período de pré-criação das comissões da verdade, o que não impede de perceber que ainda que tenha havido alguns avanços com a criação de memoriais e/ou monumentos que fazem alusão aos sujeitos mortos, desaparecidos e violentados, recorrentemente esses locais vem sendo atacados, vandalizados ou simplesmente abandonados pelo poder público. É quase como se o trabalho de memória tivesse se encerrado quando das suas criações e não precisassem continuamente ser discutidos, revistos e rememorados.

Este é um ponto importante a ser destacado, pois o projeto que permitiu a existência dos testemunhos aqui analisados foi fruto dessas comissões e de um período em que o Governo Federal investiu na criação de órgãos que averiguassem as violações de direitos humanos ao longo da Ditadura Civil-Militar. O projeto Marcas da Memória⁴, realizado em 2013, estava vinculado à Comissão da Anistia do Governo Federal, e previa a realização de audiências públicas, a coleta de testemunhos a partir da prática de HO, chamadas públicas de fomento às iniciativas da sociedade civil e publicações, o que possibilitou a realização do projeto *Depoimentos para a História: a Resistência à Ditadura Militar no Paraná*.

Para além dos aspectos já abordados, é importante trazer para a discussão os estudos de Alessandro Portelli (1996) que demonstram a necessidade de reconhecer que todo trabalho que envolve testemunhos precisa considerar as subjetividades inerentes aos sujeitos que falam e interpretam suas próprias lembranças. Portelli sugere que narrar sua vida ou acontecimentos dela requer uma consciência de quem fala e quem ouve, ao mesmo tempo que demanda procedimentos e métodos que analisem essa narrativa, uma vez que esses discursos e os testemunhos são compostos por diversas interpretações e subjetividades.

Para a análise aqui proposta, concordamos com a historiadora brasileira Caroline Bauer (2017) quando esta afirma que a memória é movida por afetos, sentimentos, identidades e ligada ao pertencimento dentro de uma coletividade e, portanto, precisa ser articulada com documentos e

⁴ Assim como outros projetos, o Marcas da Memória estava inserido na atuação do poder público em produzir iniciativas e trabalhos que analisassem os 50 anos do golpe de 1964, a serem comemorados em 2014.

métodos de análise que compreendam as possibilidades de trabalho que se oferecem. Ou seja, como indicado anteriormente, é recorrente a necessidade de considerar a pluralidade dos trabalhos com as fontes e do diálogo entre testemunhos e outros tipos de documentação.

MILITÂNCIA E DETENÇÃO: SENTIMENTOS, SILENCIAMENTOS E TESTEMUNHOS NA DITADURA CIVIL-MILITAR

Os quatro testemunhos analisados neste trabalho foram escolhidos em decorrência de dois elementos centrais: o fato de à época os narradores terem tido um relacionamento conjugal e o fato de três deles terem sido detidos durante a Ditadura Civil-Militar em decorrência de práticas políticas opositoras ao regime. Os dois primeiros narradores, Judite Barboza Trindade e José Antônio Trindade eram estudantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR) na primeira década do regime militar, e enquanto ela frequentava o curso de História, ele cursava o de Letras. Ele relata ter participado do Diretório Acadêmico Rocha Pombo⁵, tendo feito parte do movimento estudantil, assim como ela atuou no movimento secundarista antes do ingresso na universidade. No momento em que Judite entrou para a Universidade, em 1968, José já se encontrava nos anos finais de sua formação, tendo em vista a sua aprovação no vestibular no início de 1965.

Embora o casal estivesse junto quando Judite foi presa, somente ela foi detida pelos militares. Isso ocorreu em decorrência das prisões⁶ efetuadas no episódio conhecido como Chácara do Alemão, em dezembro de 1968, quando os estudantes paranaenses tentaram reproduzir o congresso da União Nacional dos Estudantes - UNE em Ibiúna, no mesmo ano. A alegação utilizada para a detenção de Judite foi a subversão, e ocorreu após a implementação do Ato Institucional n.º5. Dos 45 detidos no episódio, ela esteve entre os 15 estudantes, escolhidos aleatoriamente, que tiveram Inquérito Militar instaurado, prisão decretada e julgamento condenatório. Judite e sua colega

⁵ O Diretório Acadêmico Rocha Pombo era a representação estudantil para os discentes de Ciências Humanas.

⁶ Chama atenção para o fato de que apesar dos estudantes estarem sendo vigiados pela polícia militar no Paraná, somente um dos ônibus que se encaminhava para a Chácara do Alemão tenha sido detido. Não fica claro nos testemunhos a razão para essa aleatoriedade ou decisão da polícia, o que fica indicado é que a partir do momento que um ônibus foi detido, os estudantes que ali se encontravam foram selecionados um tanto de modo aleatório e um tanto em razão de serem conhecidos pelas forças policiais, em decorrência de fichamentos anteriores ou de participação em atividade política conhecida.

Elisabeth Fortes⁷ foram as duas únicas mulheres detidas, sendo que a primeira foi posta em liberdade somente no fim de 1969, conforme ela relata em seu testemunho, enquanto a segunda só retornou a sociedade em meados do ano de 1970.

O segundo caso desta análise é formado por Edésio Passos⁸ e Zélia Passos. Diferentemente do exemplo anterior, os dois foram detidos em 1971 por sua atuação política e profissional na chamada Ação Popular (AP)⁹ ao longo do regime militar. Ele era advogado de sindicalistas e trabalhadores, e ela pedagoga formada e entusiasta do método Paulo Freire. Ambos, em função do vínculo com a AP, participaram de ações militantes em diferentes municípios e estados do Brasil. Contudo, suas prisões ocorreram em Curitiba, domicílio no qual se encontravam nessa ocasião. Nos testemunhos concedidos à equipe do projeto, Zélia narra que foi detida em 7 de dezembro de 1971 pela Polícia Federal na companhia de sua filha, menor de idade. Em atitude bastante díspar, afirma que os policiais aceitaram levar a criança para a casa da avó materna, de modo a dar prosseguimento à sua detenção. À época, estava grávida do segundo filho e morava junto com Edésio na capital paranaense¹⁰. O ex-militante narra que possuía mandado de prisão expedido pelo DOPS mineiro, mas que, apesar da possibilidade de responder processo em Minas Gerais, optou por se entregar à Justiça Militar em Curitiba, com o intuito de libertar a companheira grávida, e, assim, protegê-la. Se anteriormente a força policial havia sido compreensiva com a situação de Zélia, desta segunda vez, com o envolvimento de seu companheiro, isso não se confirmou. Enquanto Zélia era atendida no Hospital Santa Cruz, Edésio relata que ficou cerca de 15 dias detido na DOPS da Rua João Negrão (centro da capital) incomunicável, mesmo tendo se entregado à polícia acompanhado por representantes da OAB-PR. Conforme seus testemunhos, mesmo após terem

⁷ Como dito anteriormente, Judite estava no primeiro ano do curso de História na UFPR em 1968, e tinha sido destacada como delegada do centro acadêmico para participar do Congresso da Chácara do Alemão. Elisabeth Fortes entrou no curso de Jornalismo na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) em 1966, mas cursou os anos de 1967 e 1968 na Universidade Federal, tendo feito parte do Diretório Rocha Pombo. Participou do Congresso de Ibiúna, em que esteve detida por cerca de uma semana no Presídio Bandeirantes, em condições deploráveis segundo seu testemunho. Após essa semana, ela e os demais estudantes paranaenses foram trazidos a Curitiba e deixados sem explicações em frente a União Paranaense dos Estudantes. Ela participou do evento da Chácara do Alemão, em sua narrativa informa que havia táticas para conseguirem fugir caso a repressão aparecesse, porém isso não foi suficiente, uma vez que os estudantes foram cercados e impossibilitados da fuga. Para ela, isso era um indicativo do conhecimento pleno dos planos estudantis por parte da polícia. Relata, inclusive, que foram levados todos em camburões para o Quartel do Boqueirão (próximo à chácara) e depois para o Presídio do Ahú, e que de modo aleatório foram selecionados para interrogatórios, sendo ela uma das escolhidas para responder ao processo judicial. O julgamento ocorreu no Batalhão da Praça Rui Barbosa e foi realizado somente por militares. Elisabeth ficou um ano e seis meses detida no Presídio do Ahú, dos quais seis meses sozinha, após Judite ser posta em liberdade no final de 1969. Afirma que após esse período procurou se rematricular na UFPR, mas a instituição negava seu retorno, e somente após três tentativas conseguiu retornar, mas acabou sendo reprovada em algumas disciplinas, o que a fez descobrir que a Universidade não tinha interesse em possibilitar o término de seus estudos, razão pela qual optou novamente por transferir-se e concluir os estudos na PUC-PR.

⁸ Edésio faleceu em 2016 na cidade de Florianópolis após uma parada cardíaca.

⁹ A Ação Popular foi uma organização de esquerda, vinculada à Juventude Universitária Católica (JUC). Foi criada em 1962 e teve sua dissolução nos anos 70, com a incorporação pelo PC do B (Partido Comunista do Brasil) e pela construção do PT (Partido dos Trabalhadores).

¹⁰ A situação dele não fica clara, uma vez que por meio do seu testemunho há a sugestão de que o retorno tenha ocorrido de modo clandestino, enquanto no testemunho de Zélia não ocorra essa menção.

cumprido suas penas, seguiram sendo acompanhados pela inteligência militar, que os obrigava a se apresentar regularmente junto ao exército e/ou Polícia Federal para esclarecimentos e investigações em que pudessem estar relacionados.

Todos os testemunhos foram concedidos à equipe do projeto em 2014, e ao longo de suas narrativas é possível perceber breves interferências do historiador Fábio Bacila Sahd e da jornalista Silvia Calciolari, bastante pontuais, no sentido de contribuir para o entendimento do espectador dos vídeos, bem como da linha do tempo em que narram, haja vista que o fazem de maneira livre, destacando o que consideram relevantes para sua trajetória e para a compreensão de si, metodologia esta adotada por pesquisadores que trabalham com “história de vida”.

Conforme informado pelos protagonistas, em 2014, todos estavam na casa dos 70 anos e aposentados de suas funções. Ao longo da análise, é possível perceber que embora três deles falem de seus companheiros, aparentemente nenhum deles coloca o relacionamento conjugal como algo indispensável de ser mencionado na sua trajetória política. Na narrativa de Judite não há qualquer referência acerca de sua relação conjugal, ainda que se saiba que no momento de sua prisão ela já era casada¹¹. Em contrapartida, seu companheiro José Antônio não deixa de fazer referência ao seu sentimento de solidão em virtude da prisão dela, bem como as dificuldades que teve para encontrar trabalho em razão do seu relacionamento com uma pessoa que se encontrava presa. Já Edésio e Zélia, comentam mais sobre seu relacionamento, uma vez que já possuíam filhos juntos no momento da detenção, razão inclusive que foi determinante para a prisão dele, pois foi o que o levou a se entregar às autoridades.

Por meio desses testemunhos, destacamos a diversidade de espaços abordados em suas narrativas, sejam como locais de resistência ao regime ou de repressão. O trânsito entre diferentes edificações do aparato militar, além de dificultar o acesso aos presos, também indica uma considerável rede do sistema repressor que por meio de sua inteligência estudava os espaços ocupados pelos opositores ao regime. Assim como nos é sugerido, que mesmo possuindo essa rede de informantes, muitas vezes as decisões dos militares na capital paranaense não eram sistematizadas ou operacionais. Conforme cada caso e cada configuração das detenções, os militantes eram tratados de uma forma ou tinham procedimentos distintos e individualizados. A tortura ainda que autorizada, nem sempre foi usada. O desaparecimento também. Essas divergências contribuem ainda mais para a necessidade da análise dos testemunhos produzidos, a fim de compreender o modo, ou modos, pelo qual a Ditadura Civil- Militar em Curitiba, e no Paraná, transcorreu.

¹¹ Judite e José Antônio tiveram dois filhos, nascidos depois que ela saiu da prisão.

Os quatro ex-militantes ao longo de suas narrativas procuraram destacar as redes de sociabilidade e de solidariedade criadas ao seu redor, sejam por outros militantes, sejam por simpatizantes ou mesmo por pessoas estranhas que ao longo dos anos 60, 70 e 80 possibilitaram aos quatro encontrarem trabalhos, contribuírem para o cuidado de si e cuidados de seus dependentes. O conceito, portanto, de redes de sociabilidades, solidariedade e afetos, chama atenção e contribui para nossa análise.

A abordagem sobre sociabilidades se deu a partir de Jean Baechler (1995) que entende o conceito como “a capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos paixões, opiniões (...)” (BAECHLER in BOUDON, 1995, pp. 65-66). Para o autor, pensar de modo relacional se faz relevante, porque a partir das trocas e das relações humanas, é que as ideologias e as diferentes formas de existir transparecem. Não se trata de chamar atenção para as experiências traumáticas vivenciadas em diferentes espaços, pelo contrário, se trata de pensar os afetos e sentimentos que motivaram os sujeitos de ação política, assim como nos aspectos de solidariedade e trocas. Nesse âmbito, Baechler põe em destaque outro conceito que é pertinente para essa abordagem, o de socialidade. Para o autor a socialidade viria a ser a capacidade de manter a coesão de sujeitos dentro de um grupo.

Embora os testemunhos sejam individuais e únicos, é necessário reconhecer que há similaridades e coesão nos discursos no que concerne à temática das redes. Neste sentido, é possível pensar que para além dos conceitos apresentados, a sociabilidade se torna indispensável para estabelecer conexão entre grupos tão plurais e diversos que podem ser estudados a partir da ótica de gênero, raça, pertencimento social ou laboral, entre outros.

Neste ponto, pode-se pensar que a concepção de solidariedade enquanto espírito motivador e guia da ação política, ultrapassa a atividade do partido ou do movimento estudantil, uma vez que dentro desses pequenos grupos plurais ela se desenvolve em razão de diferentes motivações que podem passar pela ideia de pertencimento, de identificação, de afeição, de expectativa, esperança, de repugnância à violência e descaso o que passavam os brasileiros, assim como pelo fato de serem perseguidos por um mesmo grupo e serem considerados um ‘inimigo em comum’. Para tanto, a compreensão de redes de sociabilidades, permite pensar em laços estabelecidos entre pessoas através de características específicas que podem ser benéficas e, portanto, entendidas como um capital cultural entre os diferentes sujeitos. Contudo, a ação política não se dá somente em razão desses laços de sociabilidade, mas sim em função dos sentimentos que motivam os sujeitos coletivamente (BAECHLER in BOUDON, 1995).

Conexão que encaminha a discussão para a noção dos sentimentos na história, na política e relacionado com a memória. A ideia dos afetos gerados pela ação política e os sujeitos individuais,

têm se dado em decorrência das práticas sociais, das construções de identidades e dos ideais de pertencimento. Pierre Ansart (in BRESCIANI e NAXARA, 2004) compreende que os sentimentos se dão em função das experiências vividas e que recorrentemente são recuperadas. Os afetos e desafetos surgem por meio da rememoração dos acontecimentos passados que podem ser acompanhados complementarmente às representações, ideologias, crenças e imaginários. Isso porque, os sentimentos são compartilhados por meio da cumplicidade e solidariedade interna à um grupo, tendo em vista que a participação na sociedade vem a partir do rompimento do sentimento de impotência diante dos acontecimentos.

Ansart ressalta que “toda situação é acompanhada, em diferentes ambientes sociais, de atitudes afetivas diversas, homogêneas e conflituosas” (ANSART, 2019, p. 11). Sendo assim, não há momento histórico que não esteja repleto de dimensões afetivas passíveis de serem instrumentalizadas, seja individualmente ou coletivamente. As sensibilidades, sejam positivas ou negativas, são reforçadas no cotidiano por meio de práticas e trocas constantes, assim como produzem imagens e representações do indivíduo nos grupos dos quais fazem parte.

Tal qual a memória, os sentimentos também são problematizados sob a ótica individual e coletiva. Diz Ansart,

E se falamos de sentimentos coletivos é precisamente porque os sentimentos são também individuais, experimentados de alguma maneira pela maioria dos sujeitos concernidos. Evocar um sentimento político comum é ter como princípio que o sentimento é interiorizado, vivenciado pelos indivíduos com múltiplas nuances e que essa subjetividade do sentimento lhe é essencial (ANSART, 2019, p. 22).

Sendo assim, cabe ressaltar que se considera sensibilidade, os fenômenos coletivos que têm por especificidade serem interiorizados, tanto de forma objetiva quanto subjetiva. A sensibilidade pode ser pensada, portanto, fazendo parte de estruturas socioafetivas, tendo em vista que os sentimentos, mesmo que individuais, são experienciados também de modo coletivo.

Tanto afetos e sentimentos, como a emoção são intensificados por representações, práticas, rituais e costumes que recorrentemente são recuperados para gerar uma reação dos sujeitos dentro de um recorte temporal-espacial. Ainda que essas ações gerem diferentes reações nos grupos diversos, eles seguem produzindo e intensificando o que as pessoas sentem em relação ao que vivem, pensam e acreditam.

Retornando à análise dos testemunhos, é possível perceber ao longo das narrativas a mudança ocorrida nas relações estabelecidas no período anterior a 1968 e posteriormente. Nos quatro testemunhos se enfatiza o fato de que a ação política ao período anterior da implementação do Ato Institucional n.º 5 era bastante dissonante dos anos subsequentes. Enquanto a manifestação política livre foi possível até dezembro de 1968, após essa data, a perseguição e a vigilância a qual foram submetidos se acentuou. O que também nos chama atenção nas narrativas, como apontado

anteriormente, é a inexistência ou a aleatoriedade com que muitos militantes foram detidos e culpabilizados por sua atuação militante. Ao mesmo tempo que eles foram detidos após o Ato Institucional n.º5, ainda assim seu aprisionamento não apresentou justificativa formal. Isso quer dizer que em razão da adoção da perseguição a opositores políticos enquanto “subversivos”, qualquer cidadão poderia ser enquadrado nessa categoria, sem grande fundamentação ou justificativa jurídica. Também através dos testemunhos de Judite e Zélia, verificamos que o status de preso político contribuiu para as diferentes formas com que foram tratadas ao longo do período em que foram detidas, uma vez que ambas continuaram tendo acesso a seus familiares e amigos, e em certa medida um tratamento com menos violência do que outros militantes. Já não é o caso de Edésio, que narra sua detenção por quinze dias em uma solitária, sem contato com qualquer pessoa externa. Judite em seu testemunho também chama atenção para uma militante que foi barbaramente violentada e torturada enquanto esteve no Presídio do Ahú junto de Elisabeth. Essa aleatoriedade ou o não seguimento de um método único de detenção e de culpabilização dos militantes contribuiu e muito para as diferentes formas de se relacionar e as vivências adquiridas por eles.

Os quatro militantes indicam que as trocas, sociabilidades e relacionamentos ocorriam de modo muito mais latente nos anos 60 do que nos anos subsequentes. Especialmente em decorrência da efervescência política do período, a esperança pela mudança e a inserção ao contexto que as atividades militantes se apresentavam. Evidentemente que a detenção de três deles, após 1968, contribuiu para o isolamento e distanciamento com seus companheiros de luta, amigos e familiares, tendo em vista que eles seguiam sendo acompanhados pela vigilância militar e, portanto, consideravam que recuperar relacionamentos ou estabelecer novos com outros indivíduos poderia colocá-los em risco.

José Antônio, por exemplo, ressalta em sua narrativa o fato de se sentir isolado e sozinho durante o período em que Judite esteve aprisionada, pois havia o receio de ser demitido do seu cargo de professor, em decorrência de sua ligação com a companheira. Já Judite destaca que após o restabelecimento da sua liberdade procurava evitar ao máximo se comunicar com ex-colegas e companheiros para não os colocar em risco, pois não se sabia ao certo, mas imaginava que a vigilância seguia atuante.

Em oposição a este período de isolamento, também chama atenção a compreensão de Judite, no que tange às experiências vividas no espaço prisional. Segundo ela, este período foi marcado por uma vivência intensa, munida por afetos e redes de solidariedades no Presídio do Ahú, uma vez que apresentava, junto dos outros 14 estudantes condenados, o status de preso político, o que permeava sua vivência de experiências distintas dos demais presos comuns que lá se encontravam. Convém destacar que para além dessa posição diferente da grande maioria dos detidos na penitenciária, ela e Elisabeth Fortes, pelo fato de serem mulheres, ficaram em uma cela separada dos demais presos

políticos. Através dos testemunhos, tanto de Judite como de José Antônio, verifica-se que apesar dos estudantes estarem na mesma prisão que presos por crimes comuns, os militantes recebiam tratamento diferenciado destes, pois além de continuarem recebendo visitas de familiares e amigos no Ahú, também permaneciam em espaços diferenciados dentro do próprio presídio, algo que não se verificava com os presos comuns. Conforme o testemunho de Judite, entende-se que além de terem celas distintas, a sociabilidade entre eles ocorria especialmente no horário das refeições, único momento em que podiam se relacionar. Segundo ela, o preso político acabava por “gozar de certo prestígio” pois eram colocados em categorias diferentes dos demais, uma vez que o sujeito subversivo não era tido como “bandido”, mas sim uma tipificação específica. Ela inclusive ressalta que os próprios presos comuns tinham cuidado especial com ela e Elisabeth, haja vista que as duas eram as únicas mulheres detidas em todo complexo penitenciário do Ahú.

Um ponto interessante a ser apresentado na análise desses dois testemunhos é como Judite aborda o ano de 1968. Para ela

(...) 68 para mim até a prisão foi um descortinar de novidades políticas, novas leituras, novos debates, novas relações ... é de amizade, de companheirismo. Foi uma coisa muito rica, uma experiência extremamente rica. Eu estreitei certas amizades que eu já tinha, e que mantenho até hoje. Fiz novas amizades, amizades que começam na política, mas depois se estendem pela vida afora e aquela coisa de muita passeata, muito debate, pra mim foi algo muito onírico. Foi uma festa. Eu diria, inclusive eu disse isso numa entrevista, que para mim 68, até dezembro, foi uma grande festa. (...) era uma efervescência política cultural muito grande (TRINDADE, 2014, 22min41s).

Em sua narrativa também se verifica uma menor importância às detenções que vivenciou antes de 1968, ao passo que durante o testemunho de José percebemos uma maior preocupação com a política. Isso pode se dar em razão dele ter feito parte das discussões, seja do Diretório Rocha Pombo ou do movimento estudantil paranaense, mas é muito mais através dos apontamentos realizados por ele que se compreende as atuações políticas nos moldes discutidos por Pierre Ansart. Somente na narrativa de José é que o espectador é informado que tanto ele quanto ela fizeram parte da formação da Dissidência Comunista entre os anos de 1968 e 1971, informação que não é mencionada por Judite.

Após ter sido colocada em liberdade em dezembro de 1969, ambos alegavam ter diminuído as atividades militantes de forma pública. Contudo, em razão das suas formações acadêmicas, os dois acabam por se envolver na atividade política da docência e na atuação da APP-Sindicato (Associação dos Professores da Rede Pública do Paraná). Judite dá destaque a sua participação tanto no MDB, como na relação entre a Igreja Católica e o MST. Ambos ressaltam terem participado das discussões do retorno às eleições e a greve dos professores da APP em 1978. José também chama atenção para essa greve e para a luta dentro do próprio sindicato, haja vista que compreende que ele lutava por uma melhor APP na busca por estabilidade para os professores suplementares (hoje conhecidos como substitutos).

É notável na narrativa dos dois o destaque na militância no campo educacional, seja através do movimento estudantil ou do sindicato dos professores, razão pela qual afirmam seguir acompanhando o desencadeamento das ações desses grupos nos dias de hoje. Nas narrativas de ambos também se evidencia o orgulho ou a esperança na educação, assim como nos jovens que reivindicam melhorias para esse campo. Não há arrependimento ou frustração, mas uma contínua vontade de melhorar o Brasil, como afirmam.

No que se refere à atuação política de Edésio e Zélia, a situação era diferente. Primeiramente porque ao fazerem parte da AP, realizavam o que Zélia chamou de “tarefas de conscientização da classe trabalhadora” junto a sindicatos e fábricas. A partir da narrativa dela, compreende-se que isso ocorria por infiltração em espaços de trabalho, sobretudo fábricas, em que se procurava chamar a atenção para as condições de trabalho, o contexto brasileiro e as possibilidades que a politização e sindicalização tinham em contribuir para a vida do trabalhador e operário. Após esse período de “despertar político”, o militante da AP podia dar encaminhamento ao convite a esses trabalhadores para fazerem parte da sua configuração e da luta política em todo o país. Em ambos os testemunhos, também se compreende que a militância política deles não surgiu após o contato com o mundo do trabalho, mas, que tinham tido experiência com o movimento estudantil, ainda que no período anterior ao regime. Por fazerem parte da organização, a decisão do local de atuação política cabia a AP e ao militante, considerando a formação que este possuía e as potenciais influências que os indivíduos poderiam exercer ou investir na criação de células nos municípios. Nesse sentido, atuaram politicamente em Curitiba e em Maringá, e após o início da crise no casamento, acordaram com a AP que Edésio seria encaminhado para Belo Horizonte e Zélia para o Rio de Janeiro.

Edésio em sua narrativa enfatiza muito mais a conscientização política junto aos sindicatos e sua possibilidade de atuação enquanto advogado e jornalista na tentativa de contribuir pela luta dos trabalhadores e operários, enquanto Zélia dá ênfase na dificuldade dessa atuação junto às fábricas, que, em certa medida, era realizada de modo clandestino, uma vez que precisava falsificar seus dados e constantemente exigia mudanças de endereços. É possível compreender que essas práticas duraram os anos de 1968, 1969 e 1970 e a sociabilidade deles esteve muito mais ligada à conscientização de operários e trabalhadores do que aos companheiros de organização. Mesmo porque, como informa Zélia, com o AI-5 a apreensão e busca por militantes de esquerda se acentuou, de modo que, nem mesmo entre os militantes se sabia os nomes reais e suas histórias particulares. Com a intenção de restabelecer o casamento que estava em crise e juntamente com o fato da incorporação da AP pelo PC do B (Partido Comunista do Brasil), ambos retornaram a Curitiba e tentaram trabalhar com o que fosse possível, uma vez que precisavam manter sua militância de maneira discreta. Sobre os anos seguintes, há um silenciamento por parte de Edésio, enquanto Zélia opta por abordar somente sua trajetória profissional.

Diz ela, que entre 1970 e 1971 por indicação de um antigo colega de militância da UFPR ela passou a fazer parte do Departamento de Educação da Prefeitura de Curitiba, gestão Jaime Lerner, assim como passou num concurso para professora da UFPR, no curso de Pedagogia. Contudo, em dezembro de 1971 ela foi detida pela Polícia Federal e levada ao Distrito Comum de Santa Quitéria. Enquanto respondia aos seus inquiridores percebeu que não seria solta, o que a fez fingir sentir-se mal, alegando o início de um abortamento.

Os policiais chamaram o médico obstetra de Zélia que imediatamente alegou a necessidade de internação. Ela ficou internada/ detida no Hospital Santa Cruz e ressalta, em sua narrativa, a solidariedade de seu médico e de freiras que a visitavam na tentativa de ajudá-la a fugir, haja vista que estava de fato grávida e, não havia garantias de que conseguiria ser solta após o processo inquisitorial. Ela afirma que diante da situação preferiu enfrentar a justiça, sendo transferida para o Hospital da Polícia Militar, para uma cela improvisada e com supervisão 24 horas de soldados. Chama atenção, em seu relato, que a prefeitura de Curitiba enviava semanalmente material para sua assinatura e aprovação em relação ao Departamento de Educação, mesmo estando detida no Hospital. Lá passou a receber visitas de seus familiares e estabeleceu um relacionamento amigável com os soldados que a vigiavam. Após 60 dias de sua prisão, foi solta em 1972 e pode retornar no desempenho de suas funções. Ela optou por ser transferida para o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) no cargo municipal e é exonerada da UFPR em março de 1972 por razões políticas, haja vista que a exoneração veio automaticamente da reitoria.

Diante da prisão de Zélia, em dezembro de 1971, Edésio que estava em Curitiba, mas seguia na clandestinidade, decidiu se entregar à polícia na tentativa de soltar a companheira grávida. Ele ficou detido inicialmente por 15 dias na DOPS da rua João Negrão em Curitiba, isolado. É transferido para o quartel do Rio de Janeiro, conhecido como Cenimar- Centro de Informações da Marinha, onde ficou por mais 20 dias sem contato com ninguém. Contudo, foi enviado a Juiz de Fora- MG para responder ao processo por subversão em que era procurado. Após averiguação é solto e levado à Curitiba para aguardar julgamento.

Ao ser condenado no processo de MG, sua prisão foi decretada, mas acaba por cumprir a pena no quartel da Polícia Militar da Marechal Floriano em Curitiba, entre os anos de 1974 e 1975. Com a sua soltura e a de demais militantes e companheiros de Curitiba, os dois, acabam por criar a Associação da Escola Oficina, na tentativa de atender aos casais com filhos pequenos por meio de uma experiência de ensino livre para as crianças. Inicialmente os próprios pais das crianças desempenhavam as funções escolares, mas foi se tornando necessária a profissionalização da mesma.

Em 1978, novamente foram detidos pela Polícia Federal para prestar esclarecimentos, em razão da associação ser formada por ex-militantes políticos, muitos deles fichados pelo exército e

pela polícia, e pela aplicação da metodologia freiriana. São mantidos na sede da PF da rua Ubaldino do Amaral (edifício que hoje pertence à UFPR), o que gerou a alcunha “os 11 de Curitiba” para o grupo detido nesta operação. A alegação da PF era de doutrinação marxista das crianças, mas o processo não foi adiante, em razão da incongruência das denúncias.

Com a vinda da lei da Anistia de 1979, ambos contribuíram para a formação do Partido dos Trabalhadores, bem como nas eleições dos governadores em 1982 e dos prefeitos em 1985. Seguiram participando das iniciativas das lutas por democracia e por Diretas Já, ressaltando que o reencontro das pessoas e sua união foi o que permitiu a demanda por um processo democrático e a favor dos trabalhadores agora em período democrático.

CONSIDERAÇÕES

Haja vista a breve análise da narrativa dos quatro ex-militantes no que se refere suas participações na resistência política durante a Ditadura Civil-Militar em Curitiba, cabe chamar a atenção para alguns pontos que foram fundamentais para este artigo. O primeiro, são os aspectos de sociabilidade desenvolvidos pelos entrevistados. Fica evidente na narrativa de todos eles que ao longo dos anos 60, 70 e 80 vivenciaram diferentes formas de sociabilidade, bem como momentos de solidão e isolamento.

Inicialmente na década de 60 essas trocas se deram em razão do movimento estudantil e das ideologias de esquerda. Os quatro indicam que os espaços de compartilhamento de conhecimento, de desejos, de esperanças e de reivindicações estavam em efervescência e mudança. Contudo, já no final dessa década e, especialmente, com o AI-5 todos eles foram perpassados por um grande temor e insegurança no relacionamento com o próximo. No caso de José, o relato de sua solidão, por ser companheiro de uma militante já condenada pela justiça militar, no caso de Edésio e Zélia a insegurança de atuação política em novos espaços e com novas identidades clandestinas, no caso de Judite a necessidade de apaziguar sua ação política em decorrência da sua detenção.

Um segundo momento de destaque, ainda que não tenha sido o caso deste artigo, se apresenta em relação ao recorte de gênero presente nos testemunhos de Zélia e Judite. Ambas relatam o cuidado familiar, as amigas e amigos da época, o fato de serem bem tratadas e assistidas ainda que estivessem detidas em instituições militares, informação que não aparece nas narrativas de José e Edésio, embora cada um deles a sua maneira indique a solidão como marca desse período. Há um terceiro momento de sociabilidades que pode ser ressaltado a partir da Lei da Anistia e com a discussão da redemocratização do país. Os ex-militantes indicam em suas narrativas o reencontro com o fazer político, seja por meio dos sindicatos, seja por meio de formação e consolidação de partidos políticos ou até mesmo movimentos sociais. Novamente, por meio de coletividades eles se inserem na política nacional e na luta democrática, ainda que com novos paradigmas.

Como indicado inicialmente, pode-se compreender que as redes de sociabilidade e afetos desenvolvidas, ao longo da Ditadura Civil-Militar, pelos militantes aqui analisados, são passíveis de serem entendidas como possibilidade de resistência e enfrentamento junto ao regime. O fato de ao longo das narrativas aqui elencadas apontarem para a importância dessas trocas em prol da sobrevivência dos indivíduos, mas, também a necessidade de proteger o outro de práticas violentas do Estado, evidencia que o coletivo se fez fundamental para que os sujeitos pudessem resistir à repressão.

Ao estabelecer o recorte das fontes, pensou-se a partir dos relacionamentos conjugais à época do período militar, mas não foi o foco deste trabalho reconhecer ou compreender os motivos que levaram a separação de ambos os casais. Pela narração deles, sabemos que em 2014 já estavam separados, mas isso não foi um impeditivo de análise, uma vez que o importante para este trabalho era o recorte temporal dos anos 60, 70 e 80. Ainda em relação a este tema, chama atenção o silenciamento de Judite sobre o seu relacionamento, mas seria necessário um outro aporte teórico para fazer uma análise mais significativa sobre este tema especificamente.

Retomando o recorte metodológico deste artigo que se deu em diálogo com a metodologia da História do Tempo Presente e a prática da História Oral, se faz necessário ressaltar que elas são fundamentais para estudar passados recentes, sensíveis e traumáticos, mas que possam ser colocados conjuntamente a diferentes tipos de fonte, de modo a oportunizar e enfatizar a narrativa e a experiência dos sujeitos envolvidos nos acontecimentos estudados. Reconhecer as nuances das narrativas, os sentimentos, os afetos e o conteúdo escolhido para falar da própria vivência, possibilita um fazer historiográfico mais comprometido com a sociedade e com os agentes políticos e sociais que seguem atuantes no nosso cotidiano.

Também cabe referir que ao longo da análise dos testemunhos, ainda que cada casal tenha passado por situações específicas, percebemos que o modo pelo qual eles vivenciaram, absorveram e abordaram suas experiências foi bastante singular. Nesse sentido, a realização de pesquisas que lidam com passados traumáticos ou sensíveis se faz pertinente na tentativa de compreender as possibilidades de análise das recordações, dos silenciamentos, dos apagamentos e dos diferentes olhares produzidos por cada um dos sujeitos de análise. A partir dessa potencialidade e da pluralidade das narrativas, é que compreendemos o quanto o diálogo com as subjetividades e os sentimentos podem contribuir para o fazer histórico. De modo que as narrativas e os testemunhos possam aproximar o leitor/ público das suas vivências, mas sobretudo o quanto diferentes experiências podem produzir múltiplas análises reconhecendo as diferentes redes e sentimentos que o campo historiográfico possibilita.

REFERÊNCIAS

ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella. & NAXARA, Márcia. *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2004. pp.15-36.

BAECHLER, Jean. Grupos de Sociabilidade. In: BOUDON, Raymond. *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1995, pp.65-106.

BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado? História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí: Paco, 2017.

BENJAMIN, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, pp.43-59, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/P7RGYBDbYn755mZRVGq3vGx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em:01 jun.2021

FRANCO, Elisabeth. *Testemunho*. Testemunho concedido ao DHPaz Paraná- Depoimentos para a História - Elisabeth Fortes, Youtube, 2014. (Vídeo 136- 1h16min).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2004. pp.85-94.

MATE, Reyes. *Memórias de Auschwitz: Atualidade e Política*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2005.

PASSOS, Edésio. *Testemunho*. Testemunho concedido ao DHPaz Paraná - Depoimentos para a História - Edésio Passos, Youtube, 2014. (Vídeo 117- 1h27min).

PASSOS, Zélia. *Testemunho*. Testemunho concedido ao DHPaz Paraná - Depoimentos para a História - Zélia Passos, Youtube, 2014. (Vídeo 24- 2h31min).

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado das memórias e nas fontes orais. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 59-72, 1996. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf. Acesso em:01 mar.2020.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas? In: *Psicol. clín.* vol.20 no.1, Rio de Janeiro 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/5SBM8yKJG5TxK56Zv7FgDXS/?lang=pt>. Acesso em:01 jun.2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O Local do Testemunho. In: *Tempo e Argumento*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, v. 2, n. 1, pp. 3-20, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/1894/1532>. Acesso em:01 jun.2021

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. In: *Projeto História*, São Paulo, n.30, 2005. pp.71-98. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2255>. Acesso em:01 jun.2021

TRINDADE, José. *Testemunho*. Testemunho concedido ao DHPaz Paraná - Depoimentos para a História – José Trindade, Youtube, 2014. (Vídeo 111- 1h15min).

TRINDADE, Judite. *Testemunho*. Testemunho concedido ao DHPaz Paraná - Depoimentos para a História – Judite Trindade, Youtube, 2014. (Vídeo 30- 1h25min)